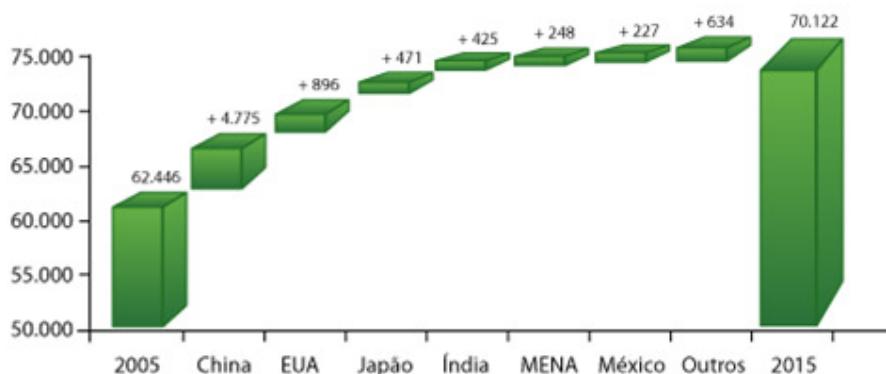


4 EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE BOVINOS VIVOS

4.1 SURGIMENTO DO NICHO DE MERCADO

Já se sabe que o Brasil é um grande produtor de carne bovina, que satisfaz facilmente o mercado interno e que está entre os líderes mundiais na exportação de carne bovina. Esse tipo de mercado não pára de crescer, como representado no Gráfico 3, que mostra a previsão de crescimento do consumo de carne bovina no mundo, até 2015, destacando as regiões que contribuem para isto (FAO, 2010). A região definida como MENA corresponde ao Oriente Médio e Norte da África.



Fonte: FAO (2010)

Gráfico 3. Estimativa de crescimento do consumo de carne bovina por países de 2005-15.

Contudo, o que poucos conhecem é o desenvolvimento exponencial do Brasil na exportação de bovinos vivos. Iniciado para satisfazer motivos religiosos de alguns países, mas que agora conquista seu próprio mercado, esse tipo de exportação é atualmente comandado pelo Canadá, México e Austrália. (SILVA; AGUIAR; D'ATHAYDE; PIMENTEL; TONINI e LIMA FILHO, 2010)

Destaca-se que, quando se trata do México e do Canadá, há uma alta dependência do país vizinho, Estados Unidos, o qual, segundo dados de 2007, consumia 99,9% dessas exportações, o mesmo não ocorre com países como Brasil e Austrália. A Austrália possui uma diversificação geográfica para atender tanto a países próximos, como Malásia, Filipinas e Indonésia, que são responsáveis por 62,5% do valor das suas exportações, como também a países mais distantes, como

o Egito, que, com base em dados de 2007, correspondeu a 16,3% do valor exportado. Já o Brasil teve sua exportação de maior relevância de boi vivo para a vizinha Venezuela que, em 2008, comportou 72,4% da demanda seguida do Líbano com 27,4% do valor das exportações, além de Bolívia, Paraguai, Uruguai e países da África como Angola e Senegal (GONÇALVES, 2009).

Para o Brasil tornar-se um grande exportador de boi vivo, foi necessário o surgimento de uma nova demanda que, nos últimos anos, com o interesse de países como o Líbano, fez deslanchar esse mercado. Silva *et al.* 2010 ratificam isso informando que até 2002 o Brasil teve uma participação irrigária no mercado, mas que nos últimos 7 (sete) anos tornou-se o quarto maior exportador de bovinos vivos. Informações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior MDIC (2010) revelam que o Brasil, em 2009, exportou 518,2 mil cabeças e que essa quantidade representa um crescimento de 23.935% se comparado a 2003. A comparação com 2002 não foi feita, pois, como já foi dito, o valor foi irrigário. Quanto ao faturamento, de 420 milhões de dólares, em 2009, teve-se um crescimento de 14% se comparado a 2008, mesmo com a desvalorização do dólar frente ao real em 2009.

Poucos mercados têm um crescimento tão exponencial, de 23.935% ano, quanto o apresentado pelo mercado de exportação de bovinos vivos. O desenvolvimento do processo de manejo, o incentivo a avanços tecnológicos, como análise de solo, inseminação artificial, entre outros (SMERALDI e MAY, 2008) colaboraram para o posicionamento do Brasil entre os maiores exportadores em poucos anos, criando uma competição benéfica, entre os frigoríficos e empresas exportadoras.

Especialmente no Estado do Pará, a exportação de bovinos vivos vem tendo vital importância, não pela grande fatia do mercado que o Estado ocupa, mas pelo descobrimento do seu potencial produtivo, pelo maior usufruto da sua localização geográfica e pela valorização do preço no mercado interno e externo desse produto. Kielmann Neto (2010) cita algumas cidades do Estado (Marabá, Paragominas e Redenção) que apresentaram um ganho na arroba do boi (unidade de medida adotada na pecuária que corresponde a 15 quilos, também simbolizada por @), nos anos correntes de 2004 a 2008, e que passaram da média de 48,67 R\$/@ (reais por arroba) para 71,3 R\$/@ (reais por arroba), média esta que corresponde aos preços de grandes centros produtores e beneficiadores brasileiros

atualmente. Com essa valorização, novos investimentos no setor e a capitalização do produtor contribuíram favoravelmente para o crescimento do rebanho paraense.

4.2 ESTADOS EXPORTADORES

No Brasil, a exportação de gado em pé concentra-se nos estados do Pará, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e São Paulo. Em Mato Grosso do Sul as exportações são feitas por transporte rodoviário para a Bolívia; no Rio Grande do Sul, São Paulo e no Pará são realizadas por meio de portos. É quase que predominante a representação do Pará no valor exportado que, em 2008 correspondeu a 97%, enquanto o Rio Grande do Sul exporta apenas 2,17%. Em 2009, registrou-se a participação do Tocantins também neste mercado, exportando gado para um destino também não usual, o Egito (GONÇALVES, 2009 e SILVA *et al.* 2010). Em destaque, na Tabela 5, tem-se a participação na exportação de bovinos vivos por estado em volume.

Ano	PA	RS	SP	MS	AP	TO
2003	91,42%	8,58%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
2004	99,91%	0,00%	0,00%	0,09%	0,00%	0,00%
2005	37,53%	39,73%	22,73%	0,01%	0,00%	0,00%
2006	54,37%	28,31%	17,32%	0,00%	0,00%	0,00%
2007	96,85%	2,17%	0,00%	0,18%	0,08%	0,00%
2008	95,83%	3,99%	0,01%	0,17%	0,00%	0,00%
2009	96,22%	2,65%	0,02%	0,00%	0,00%	1,11%

Fonte: MDIC e Silva *et al.* (2010)

Tabela 5. Participação na exportação de bovinos vivos dos estados em volume.

O Estado de São Paulo, nos anos de 2005 e 2006, teve uma ótima participação no mercado, porém nos anos seguintes, essa participação se tornou irrisória. O Estado do Rio Grande do Sul, também nos anos de 2005 e 2006, apresentou uma boa participação, a qual teve uma baixa significativa nos anos seguintes, que fez a sua participação girar em torno de 2,5% nos anos de 2007 até 2009. O Mato Grosso do Sul se mostra com uma pequena participação, juntamente com o Estado do Amapá, não chegando a 0,2% /ano. Já o Estado de Tocantins inicia no mercado com a participação de 1,11%, que corresponde a 5,7 mil animais vivos no ano de 2009.

A representatividade do Estado do Pará, neste mercado é relevante, principalmente se for feita uma análise nos últimos anos, 2007 a 2009, onde essa participação correspondeu a mais de 95% do mercado. O escoamento de boa parte das exportações é concentrado no porto paraense de Vila do Conde, localizado perto da capital. Só esse porto, em 2008, respondeu por 81% do valor das exportações, como também por 76% do número de bovinos exportados pelo país (GONÇALVES, 2009).

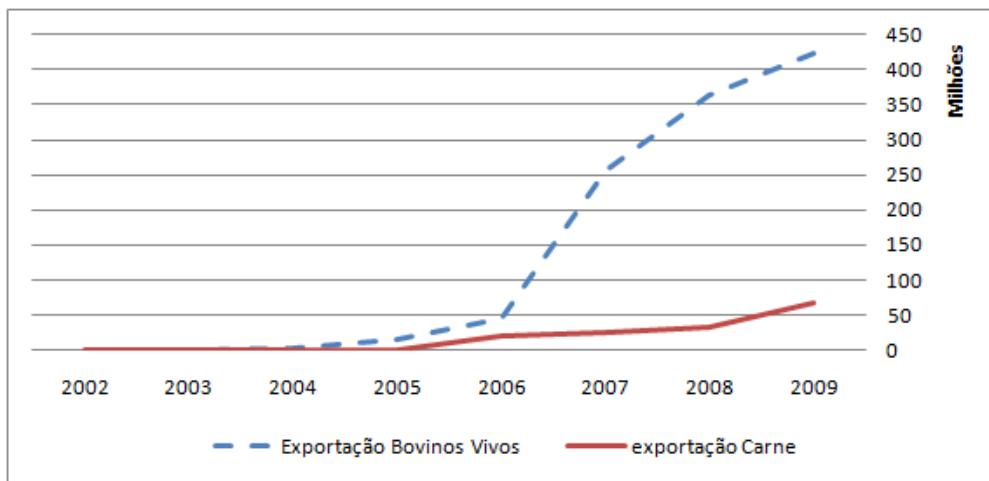
É evidente o impacto da exportação de gado vivo para o Estado do Pará, quando se analisa a balança comercial no relatório semestral de 2010 da Secretaria de Comércio Exterior – SECEX, onde os bovinos vivos estão entre os produtos mais exportados, ficando atrás apenas do minério de ferro, alumina calcinada e do alumínio na forma bruta. Empresas como Vale do Rio Doce e Alumina do Norte do Brasil - Alunorte- detêm 65,81% das exportações, mas a exportação de gado vivo está bem representada por quatro empresas que detêm a parcela de 5,95%, com montante de U\$ 421.180.874,00 de janeiro a agosto de 2010 (SECEX, 2010). No mesmo período de 2009, a participação no montante foi de apenas U\$ 188.246.230,00 e o seu valor anual correspondeu a U\$ 422.999.926, montante este aproximado ao primeiro semestre de 2010 (ALICEWEB, 2010 *apud* KIELMANN NETO, 2010; MAPA, 2010). No Gráfico 4, verifica-se o aumento desse nicho de mercado nos últimos anos no Pará, no qual também se destaca a exportação de carne que, mesmo com o crescimento da exportação de bovinos vivos, continuou alavancando-se ao longo dos anos.

O Pará apresentou, principalmente em 2007, um ápice na balança comercial do Estado, quando a participação da exportação de bovinos vivos cresceu de 45 milhões, em 2006, para R\$ 255 milhões em apenas um ano. Esse desenvolvimento do mercado continuava crescente. Em 2008, a participação foi de R\$ 356 milhões e, no ano seguinte, 2009 e o montante correspondeu a R\$ 422 milhões.

Não por menos, tem-se que destacar a contribuição da exportação de carne que, embora não tenha tido o crescimento exponencial da exportação de bovinos vivos, teve sua contribuição na balança comercial do estado e manteve um crescimento levemente crescente.

Em uma visão mais abrangente, o Pará foi beneficiado, já que gerou trabalho nas fazendas de forma direta e indireta, motivou as compras e incentivou a renovação de frotas no setor de transportes dos animais, além de colaborar tanto

com o crescimento na produção de grãos, pois o consumo aumentou muito na forma de ração (alimento concentrado) para os bovinos, como na produção de feno e silagem, usados também para consumos dos animais durante a viagem.



Fonte: Adaptado da Balança Comercial do Agronegócio por Estado- Ministério da Agricultura do Estado do Pará - MAPA, 2010.

Gráfico 4. Participação na balança comercial das exportações de boi vivo e carne do estado do Pará de 2002-2009.

Para se compreender esse mercado e suas peculiaridades, alguns ambientes devem ser analisados, sendo eles, sócio-cultural, político-legal e econômico-natural, comentados a seguir.

4.3 AMBIENTE SÓCIO-CULTURAL

Sabe-se que cada país possui seus próprios costumes, formas de negociar, tradições e práticas religiosas. A cultura de um país é mutável e está evoluindo com a expansão da *Internet*, e pode ser definida como a “maneira de viver” que engloba idéias, atitudes e comportamentos do ser humano. As características como valores sociais e morais, hábitos alimentares, valores familiares devem ser consideradas em negociações internacionais, pois o comportamento do consumidor é fortemente influenciado pela cultura. Entre todos os elementos culturais, o mais importante é a religião, visto que influencia o modo de pensar, consumir e agir da sociedade (TONINI, 2008). Por isso, devem-se considerar, juntamente com os ambientes econômicos e legais, as variáveis do ambiente sócio-cultural que se mostram muito relevantes.

Tais variáveis, segundo Tonini (2008), são: o envelhecimento da população, que implica no atendimento da nova classe; a maior distribuição de renda, que possibilita o aumento do consumo do produto; e as modificações na forma de trabalho.

Os hábitos alimentares e a renda de uma população têm uma relação direta, já que o aumento do consumo de cereais e produtos de origem animal ganha relevância na alimentação, principalmente em países em desenvolvimento. O crescimento populacional também influencia diretamente nos hábitos alimentares. A FAO (2007) apresenta uma projeção, para 2016, que o crescimento do consumo de carne será de 23,42% em países em desenvolvimento e apenas 2,27% em países desenvolvidos. Cabe ressaltar que os países já desenvolvidos são mais preocupados com a saúde e buscam o consumo de carnes brancas, já os países em desenvolvimento buscam o consumo de carne vermelha, assim que melhoraram sua renda.

A variável envelhecimento populacional modifica os hábitos alimentares, visando uma vida saudável e balanceada e assim reduz o consumo do produto e diversifica seu cardápio. As formas de trabalho também impactam o consumo do produto, pois com a vida movimentada, nos dias de hoje, buscar comidas práticas e pré-prontas se torna indispensável.

Diante desse ambiente sócio-cultural, alguns dos mercados beneficiados pela exportação de gado serão comentados na sequiência.

4.3.1 Mercados beneficiados pela Exportação

O Mercado para o gado vivo tem suas peculiaridades e não concorre com o mercado de carne, exatamente, porque os países que hoje buscam esse gado vivo antes não o consumiam na forma de carne bovina. Esses consumidores não migraram para outro mercado, apenas surgiu o mercado de gado vivo que supriu essa necessidade.

As grandes religiões Cristianismo, Islamismo, Hinduísmo, Budismo e Judaísmo influenciam diretamente o consumo alimentar dos seus seguidores, sendo na restrição alimentar, em determinado período do ano, ou a restrição aos procedimentos seguidos, pensando na saúde humana e no bem estar animal (TONINI, 2008). Em destaque, o Islamismo, que é a religião com o segundo

maior número de seguidores do mundo, espalhados no Oriente Médio, Índia e Paquistão, África, Sudeste da Ásia, Rússia, e China. Mais especificamente na Ásia, a República do Líbano merece destaque, já que é um dos maiores clientes de gado vivo brasileiro. O Líbano tem seu interesse justificado pela tradição religiosa de abater sua própria carne. Com base no Islamismo e segundo o livro sagrado da religião islâmica, o Alcorão, para se abater animais devem ser seguidos alguns rituais específicos.

Para os muçumanos, os alimentos possuem três classificações com base na lei Islâmica, os quais são: o *Halal* que são alimentos permitidos; o *Makruh* que são os alimentos permitidos, porém o consumo é desaconselhável e o *Haram* que são os alimentos proibidos (TONINI, 2008).

O *Halal* é o alimento considerado permitido para consumo, e as carnes devem passar por procedimentos do ritual *Halal*. Desconsidera-se as carnes de porco, de cachorros, de todas as presas como tigres e elefantes e de todos os pestilentes como rato e escorpiões, além de pássaros e outras criaturas repulsivas (ABIEC (b), 2010).

Tonini (2009) informa que o mercado desses produtos *Halal* é muito grande, abrangendo mais de 1,3 bilhões de muçumanos em 112 países, sem considerar alguns adeptos que preferem alimentos com a certificação de qualidade do *Halal*.

Conforme ABIEC (b) (2010), e Steffani e Zanini (2009), o abate, segundo os procedimentos do *Halal*, deve ser realizado em um estabelecimento separado do abate não-*halal*, para manter a higiene e a segurança do processo. O abate deve ser realizado por muçulmano saudável e que domine a técnica de abate, tudo de acordo com as exigências dos países islâmicos. Os procedimentos básicos para o abate *Halal* são:

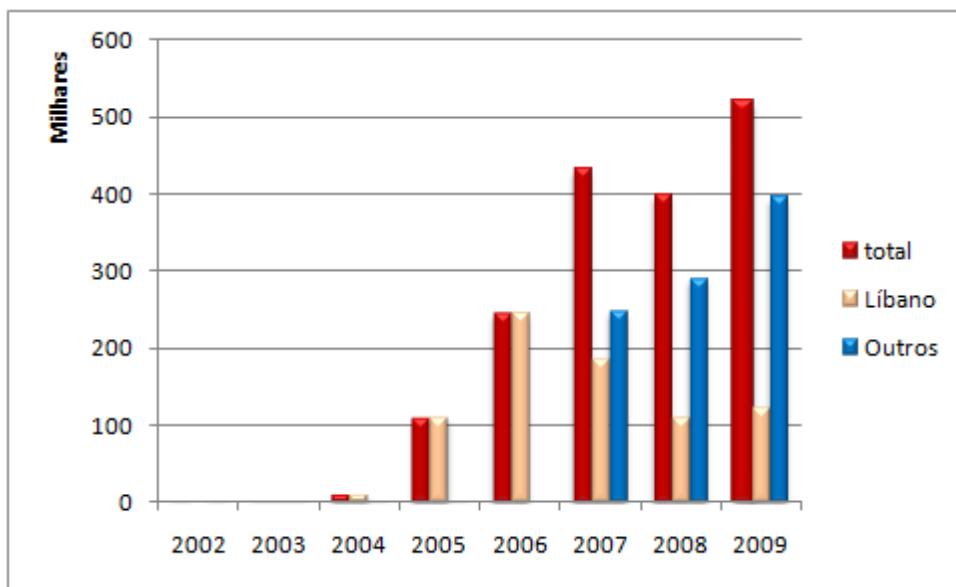
- Abater animais saudáveis, não podendo estar com sede e devem estar com ótimo condicionamento físico. Esta avaliação é feita e revista por autoridades sanitárias;
- O pronunciamento da frase “Em nome de Alá, o mais bondoso, o mais Misericordioso” deve ser feito antes do abate;
- Os equipamentos e utensílios utilizados são de uso exclusivo do abate *Halal*, como exemplo, a faca deve ser bem afiada e morna para permitir uma sangria única, permitir a eliminação total do sangue do animal

pendurado de cabeça para baixo a qual dura, aproximadamente, 7 minutos, que minimize o sofrimento do animal e evite a liberação de enzimas na carne; a faca também não pode ser vista pelo animal;

- O corte deve atingir a traquéia, o esôfago, as artérias e a veia jugular, para que todo o sangue do animal seja escoado e o animal morra sem sofrimento;
- Inspetores muçumanos devem acompanhar todo o abate, uma vez que eles são os responsáveis pela verificação dos procedimentos, a proibição do consumo de todo e qualquer tipo de alimento alterado geneticamente, assim como produtos minerais e químicos e produtos tóxicos que causem danos à saúde.

Outro influente religioso muçulmano é o período chamado de Ramadã, mês sagrado que é realizado jejum durante o dia e o consumo de carne se reduz.

Em virtude desses procedimentos religiosos, necessários para o abate de seus animais, o Líbano passou a ser um grande importador de gado vivo do Brasil. No Gráfico 5, verifica-se a exportação brasileira em números de cabeças do ano de 2002 a 2009, onde o Líbano se apresenta destacado.



Fonte: MDIC/ Silva *et al.* (2010)

Gráfico 5. Exportação em cabeças com destaque o Líbano no período de 2002-09.

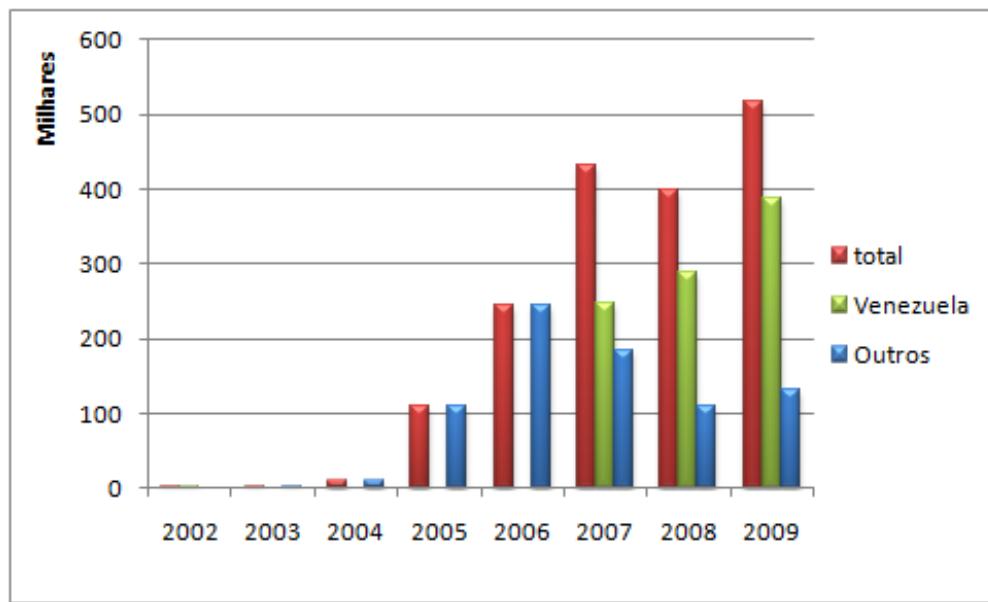
Durante quatro anos, de 2003 a 2006 o Líbano foi praticamente o único importador de bovinos vivos do Brasil. Nesse último ano, 2006, foi o ápice das exportações com destino ao Líbano, quando esse montante atingiu 244 mil

cabeças de gado. Entretanto, mesmo com o declínio ao longo dos anos seguintes, o país ainda se mostrou representativo, destacando o crescimento de 2009 em relação a 2008 de 12,5%.

Quando se analisa o interesse da Venezuela no rebanho brasileiro, o motivo deixa de ser religioso. O país se mostrou um grande importador de bovinos vivos quando uma crise política econômica atingiu a Venezuela em 2007. Nessa crise, ocorreu o desestímulo na produção, pois houve um tabelamento de preços no país, obrigando, assim, a importar matéria-prima, para suprir à necessidade de suas empresas locais, e impedir a geração de desemprego em cadeia (SILVA *et al.* 2010). Ficou então mais barato para o país comprar gado vivo e abater em seu território do que criá-lo.

A crise com a Colômbia, que era seu fornecedor principal de gado vivo, também influenciou as negociações entre Brasil e Venezuela, além da localização geográfica bastante favorável, o tamanho do rebanho brasileiro e a empatia entre os governos. Essa demanda, criada pela Venezuela, solidificou o mercado brasileiro na exportação de gado vivo.

No Gráfico 6, verifica-se a exportação brasileira, em números de cabeças de gado, do ano de 2002 a 2009, onde a Venezuela se apresenta destacada.



Fonte: MDIC/ Silva *et al.* (2010)

Gráfico 6. Exportação em cabeças com destaque a Venezuela no período de 2002-09.

Devido aos fatores já citados, a Venezuela só passou a atuar no mercado de

bovinos vivos brasileiro em 2007 e com uma representatividade de 247 mil cabeças, que corresponde a um valor maior que o exportado para o Líbano até hoje (conforme o Gráfico 5, foi de 244 mil cabeças no ano de 2006). Ao longo dos anos de 2008 e 2009, a atuação manteve-se crescente, atingindo 387 mil cabeças em 2009.

Cabe ressaltar que, em 2009, outro país, o Egito, apresentou uma participação relevante no mercado, com 8,3 mil cabeças, e que outros mercados como a África e a Europa, estão em fase de negociações e análise dos protocolos sanitários exigidos por cada país (SILVA *et al.* 2010).

Além do ambiente sócio-cultural, citado anteriormente, outros ambientes merecem destaque neste mercado, por suas peculiaridades, como o ambiente político-legal e ambiente econômico-natural.

4.4 AMBIENTE POLÍTICO-LEGAL

Este ambiente é dirigido por leis e pelos órgãos governamentais que interferem, de alguma forma, no fluxo do comércio internacional. Algumas variáveis desse ambiente são os subsídios; as normas de certificação, cada dia mais exigentes nos mercados internacionais; as leis ambientais mais rigorosas, que implicam em restrições nas práticas agrícolas e na adaptação da produção a essas condições; a estabilidade governamental, para um menor risco na atividade; e a abertura de blocos econômicos, como oportunidades de mercado (TONINI, 2008).

Dentre as barreiras comerciais, a mais recente é a barreira técnica, que tem o objetivo de disciplinar o uso de regulamentos que buscam a segurança de alimentos e a sanidade animal e vegetal. Essas barreiras devem ser baseadas nos preceitos da Organização Internacional de Saúde Animal - OIE, que definem se há o risco de doenças animais serem transferidas para o homem (zoonoses) ou risco à saúde animal. De acordo com as diretrizes do *Agreement on the Application of Sanitary and Phytosanitary Measures* – SPS, os países podem ter partes do seu território como área livre de determinadas doenças, e não somente o conjunto do país. (MIRANDA, 2001 *apud* TONINI, 2008).

Hoje, a principal doença que interfere na comercialização internacional de gado vivo é a febre aftosa. No Brasil, existe o Programa Nacional de Erradicação

da Febre Aftosa - PNEFA coordenado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, de acordo com o Plano Hemisférico de Erradicação da Febre Aftosa - PHEFA. Esse programa visa à implantação progressiva e à manutenção de zonas livres da doença, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde Animal - OIE. O Brasil tem se empregado, intensamente, no processo de zonificação, para avançar na erradicação da febre aftosa. Em um prazo de alguns anos o país, gradativamente, conseguiu implantar no território nacional uma zona livre de febre aftosa, com vacinação que representa, aproximadamente, 50% do território nacional, onde se concentram 75% da população bovina (ABIEC, 2009).



Fonte: MAPA (2010)

Figura 5. Divisão Brasileira de risco Febre Aftosa

Informações do MAPA (2010) indicam outros estados que evoluíram na classificação de risco para febre aftosa, conforme a Figura 5. O noroeste do Pará passou de alto para médio risco. O Amazonas e o Amapá deixaram a condição de risco desconhecido, passando para alto risco. Assim, o Brasil não tem mais nenhum estado como risco desconhecido. Hoje, 15 unidades da federação são consideradas livres de febre aftosa com vacinação: Acre, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro,

Rio Grande do Sul, Rondônia, São Paulo, Sergipe, Tocantins e o Distrito Federal, além dos municípios de Guajará e Boca do Acre, no Amazonas, e a região centro-sul do Pará. Santa Catarina é o único estado considerado pela OIE, como zona livre de febre aftosa sem vacinação

Mesmo o Brasil apresentando áreas impróprias, segundo a OIE, cabe aos países importadores decidirem se seguem às suas recomendações ou não. Alguns estados brasileiros continuam exportando a partir de áreas que não houve incidência da doença. Porém, alguns países, como os Estados Unidos, Canadá, México entre outros, são mais rígidos e seguem fielmente a OIE (TONINI, 2008).

A certificação e/ou a rastreabilidade é exigida pelo mercado externo com uma freqüência crescente nos últimos anos. Com base nisso, foi criado em 2002, pelo MAPA, o Sistema Brasileiro de Identificação de Origem Bovina e Bubalina-SISBOV, que tem a função de identificar, registrar e monitorar, individualmente, buscando colaborar para norteamento na tomada de decisão quanto à qualidade do rebanho nacional e importado. (TONINI, 2008; MAPA, 2010). Mais detalhadamente, o SISBOV é uma ferramenta que faz o rastreamento do gado desde o nascimento até o abate e gera um histórico individual completo, que deve ser fornecido pelos proprietários rurais ou por entidades certificadoras credenciadas pelo Ministério da Agricultura. Data e local de nascimento, movimentação geográfica e informações veterinárias são algumas das informações disponíveis.

A obrigatoriedade de cadastramento no SISBOV só é válido para propriedades que mantêm (ou pretendam manter) comércio com países onde a rastreabilidade é exigida. Nesses casos, a adesão é requisito, já que existem alguns mercados, como a União Européia, que só aceitam importar de propriedades rurais que estejam cadastradas, certificadas e auditadas pelo MAPA (MAPA, 2010).

Não se pode deixar de destacar que a certificação é um instrumento facilitador para a rastreabilidade, sendo menos rigorosa, como exemplo, e tendo como função garantir qualidade e conformidade da origem de determinado produto.

Dentre as leis e normas exigidas para a exportação de gado vivo, em sua maioria, a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará - ADEPARÁ é a responsável. Por meio desta, o governo fiscaliza as instalações e cuida do bem estar animal. Segundo Pará (2004) em 14 de janeiro de 2004, a Assembléia

Legislativa do Estado do Pará sancionou a Lei nº 6.712, que dispõe sobre a defesa sanitária animal no Estado do Pará e dá outras providências. Segundo essa lei é de competência, responsabilidade e obrigação da ADEPARÁ planejar, executar, coordenar, articular com outros setores, avaliar e supervisionar as políticas e os programas de defesa sanitária animal no âmbito estadual.

A ADEPARÁ estabelecerá os procedimentos, as práticas, as proibições, bem como as fiscalizações necessárias à promoção e à proteção da saúde animal, através de medidas de controle ou erradicação de doenças dos animais, publicadas em atos normativos específicos.

Para desempenhar esse papel, a ADEPARÁ deverá:

- Realizar diagnósticos laboratoriais, bem como credenciar e cassar credenciamentos de laboratórios;
- Instituir, emitir, conceder e cassar selo e certificado de qualidade de produtos e subprodutos agropecuários e agroindustriais;
- Instituir, emitir e conceder certificado de origem para produtos e subprodutos agropecuários e agroindustriais;
- Instalar postos de fiscalização ou desinfecção ou credenciar particulares para a desinfecção de veículos destinados ao transporte de animais e;
- Instalar quarentenário para isolamento de animais.

Outra norma necessária para a exportação é a emissão de notas fiscais pela Secretaria do Estado da Fazenda do Pará- SEFA, relacionadas ao trânsito ou comércio de animais vivos, que deverá, obrigatoriamente, ser precedida da emissão de documento zoossanitário, pela ADEPARÁ.

Lembrando que, para qualquer transporte de animais vivos, é necessária a emissão do Guia de Transporte Animal - GTA, que informa os locais de origem e destino, assim como a quantidade de animal transportada.

O próximo ambiente a ser detalhado é o econômico-natural, a seguir.

4.5 AMBIENTE ECONÔMICO-NATURAL

Tonini (2008) apresenta como influência econômico-natural fatores como: o crescimento da renda mundial, que pode implicar no crescimento do consumo da carne bovina; disponibilidade de recursos naturais-insumos, que gera grande

competitividade de custos e adaptação da produção, entre outros.

A população mundial, segundo previsão da FAO (2010), era de 6,53 bilhões em 2006, devendo atingir 7,2 bilhões em 2015 e, mesmo os países desenvolvidos, apresentando crescimento menor que os países subdesenvolvidos, a população mundial apresentará, ainda assim, um bom crescimento e, consequentemente, o crescimento do consumo de carne aumentará.

Quando se questiona a importância e impacto econômico da exportação de bovinos vivos, o primeiro item a ser abordado é a agregação de valor. Os opositores a esse mercado enfatizam que não existe a agregação de valor, pois se deixa de ganhar com produtos derivados do boi, como carnes e derivados. Silva *et al.* (2010), defendem que essa abordagem pode ser válida se for considerada isoladamente, contudo a análise tem que ser feita considerando os elos da cadeia e suas particularidades.

Silva *et al.* (2010) utiliza o produto interno bruto (PIB) do agronegócio de 2008, dividido em: insumos, que inclui as empresas de suplementos minerais, fertilizantes agrícolas entre outros, com participação de 15%; pecuária, que corresponde à produção, com participação de 38%; indústria, que não os frigoríficos, com 15%; e a distribuição com 32%, para analisar qual elo concentra maior riqueza.

Com a representação de 38%, a pecuária é o elo responsável pela maior parcela na geração do PIB, e, fortemente influenciada por ela, segue a indústria de insumos, que depende do seu desenvolvimento produtivo para gerar receita, vendas e empregos. Segundo Silva *et al.* (2010), a pecuária e seus insumos são diretamente relacionados, sendo assim, com o crescimento de um elo, o outro estará se desenvolvendo. Se a pecuária faz investimento em tecnologia, ela faz com que as empresas de insumos se desenvolvam tecnologicamente na produção de sementes, defensivos, fertilizantes, medicamentos, suplementos alimentares, maquinários, entre outros.

A contribuição da pecuária, quanto ao número de trabalhos gerados, é outro fator favorável, se considerada a necessidade média de 1 (um) trabalhador por 300 (trezentas) cabeças de gado e o tamanho do rebanho mundial. Sendo assim, só de trabalho gerado diretamente pela pecuária, seriam mais de 500 (quinhentas) mil nas fazendas, sem contar os trabalhos indiretos como técnicos, proprietários etc. (SILVA *et al.* 2010).

Depois de conhecer as diferenças deste mercado por meio dos ambientes, alguns fatores favoráveis e desfavoráveis a ele serão comentados.

4.6 FATORES FAVORÁVEIS E DESFAVORÁVEIS À EXPORTAÇÃO

Além do fator positivo da geração de renda e da dependência benéfica dos elos, onde o processo de ganha-ganha faz a pecuária, a indústria de insumos, os distribuidores e os consumidores buscarem o desenvolvimento da cadeia como um todo, com tecnologia e investimentos, outros fatores impactam favoravelmente para a exportação de gado vivo, como a existência de um mercado próprio e não compartilhado com o mercado de carne bovina, já que grandes exportadores também são frigoríficos (ROSA, 2004).

Um fator que é considerado desfavorável, porém que vem sendo superado com estudos, pesquisas e tecnologias apropriadas, é o uso de grandes áreas para a produção de gado. O projeto de sustentabilidade ambiental da atividade pecuária precisa de uma motivação, como a exportação de bovinos vivos para investir no aumento da produtividade em pequenas áreas e diminuir o confronto com ambientalistas (SILVA *et al.*, 2010).

Gonçalves (2009) considera desfavorável, também, a existência de maiores barreiras de acesso ao mercado internacional para produtos primários, se comparado a produtos manufaturados, principalmente quando se trata de sanidade animal. Por se tratar de animais vivos, a preocupação com a saúde animal é motivo de vigilância contínua e rígida, já que o trajeto até os países de destinos, normalmente, leva dias, além do que as estradas brasileiras também não se encontram em condições satisfatórias para qualquer transporte animal. Contudo, esse aspecto vem sendo conferido largamente pelos exportadores que não querem a redução na qualidade de seu produto e nem uma alta mortalidade.

Segundo Gonçalves (2009), a “Exportação de bovinos vivos afeta negativamente a oferta doméstica desse produto no mercado interno”, porém tal afirmação não procede, já que a representação da exportação de bovinos vivos, mesmo com o crescimento exponencial nos últimos anos, não totalizou mais de 1,3% da quantidade abatida por ano no país. Da mesma forma, se o gado exportado fosse utilizado para produção de carne, a contribuição seria de 1,7 % a mais na produção de carne, brasileira referente a 2009 (SILVA *et al.*, 2010).